**MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL,
DAS FINANÇAS E DO PLANO
E DA REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Portaria n.º 296/82
de 18 de Março**

Em conformidade com o parecer da Procuradoria-Geral da República, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 28 de Outubro de 1981, há que proceder à alteração da Portaria n.º 509/81, de 25 de Junho.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelo Ministro da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º É criada no Serviço Nacional de Ambulâncias a carreira de pessoal técnico superior.

2.º É extinta a carreira de pessoal técnico constante da Portaria n.º 509/81, de 25 de Junho.

3.º O pessoal que integrava a carreira ora extinta transitará, a partir de 1 de Julho de 1979, para a carreira de pessoal técnico superior, de harmonia com as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 191-C/79 e 377/79, respectivamente de 25 de Junho e de 13 de Setembro.

4.º O quadro anexo à Portaria n.º 509/81, de 25 de Junho, é alterado pela forma seguinte:

Lugares	Categorias	Letras
4	Pessoal técnico superior: Assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe	C, D, E e G

Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa, 5 de Março de 1982. — Pelo Ministro da Defesa Nacional, *Carlos José Sanches Vaz Pardal*, Secretário de Estado da Defesa Nacional. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, *Alípio Barrosa Pereira Dias*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Reforma Administrativa, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Reforma Administrativa.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Património do Estado

**Decreto-Lei n.º 85/82
de 18 de Março**

Pelo Decreto n.º 15 778, de 25 de Julho de 1928, passaram para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com todos os seus encargos, entre outros estabelecimentos de assistência, as cozinhas económicas e sopas dos pobres, que antes eram directamente dependentes da Direcção-Geral de Assistência.

Também, e a título precário, passaram para a posse da mesma Misericórdia os imóveis em que alguns dos

mesmos estabelecimentos funcionavam e são propriedade do Estado, entre os quais se conta o prédio da Rua de Cascais, 1 a 7, em Lisboa.

A precariedade da cessão deste imóvel tem causado sérias limitações na sua utilização, pois o incremento das necessidades da Santa Casa da Misericórdia obriga a avultados investimentos que, em determinados casos, ultrapassam largamente o seu valor de raiz, o que é incompatível com a susceptibilidade de reverterem para o Estado.

Pretende agora a Misericórdia remodelar as condições, actualmente muito deficientes, dos seus serviços de transporte instalados no referido prédio, quer pela sua reconstrução quer pela permuta com outro prédio, se se tornar viável.

Torna-se para tal necessário transferir para a titularidade da Misericórdia o prédio em causa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro das Finanças e do Plano, através da Direcção-Geral do Património do Estado, a ceder à Misericórdia de Lisboa, a título definitivo e mediante a compensação de 19 500 000\$, o prédio sito na Rua de Cascais, 1 a 7, da cidade de Lisboa.

Art. 2.º O prédio cedido ou aqueles que venham a resultar da sua conversão, quer através de reconstrução quer através de permuta, ficarão afectos à instalação de serviços que directa ou indirectamente se relacionem com a actividade exercida pela Misericórdia de Lisboa.

Art. 3.º A cessão efectuar-se-á por meio de auto lavrado e assinado na Direcção-Geral do Património do Estado, o qual constitui título bastante para a realização dos necessários registos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Fevereiro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 8 de Março de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

**Decreto n.º 35/82
de 18 de Março**

Ao abrigo do Decreto n.º 84/73, de 5 de Março, usufruía a Philips Portuguesa, S. A. R. L., do regime de depósito franco, instituído na sua unidade fabril situada em Ourela, concelho de Oeiras, a qual se destinava ao fabrico e montagem de memórias electrónicas para computadores e formas de cabos para uso em diversa aparelhagem eléctrica.

Considerando que por escritura notarial de venda foi transmitida a propriedade do citado depósito franco, com todo o seu equipamento, materiais e matérias-primas, para o nome da firma CABLESA — Indústria de Componentes Electrónicos, L.ª:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — É autorizada a firma CABLESA — Indústria de Componentes Electrónicos, L.ª, a esta-